



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8



**Processo nº:** 33.651/13 (2 volumes)  
**Jurisdicionada:** Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF  
**Assunto:** Inspeção  
**Órgão Técnico:** Secretaria de Auditoria - SEAUD  
**MP:** Procuradora MÁRCIA FARIAS  
**Sessão:** Pauta nº 39, S.O. nº 4871, de 7.6.2016  
**Publicação:** DODF nº 104, de 2.6.2016, pág. 06

**Ementa:** Inspeção realizada junto à Polícia Civil do DF com o fim de averiguar o atendimento das Decisões nºs 596/06-CAS, 3.552/05-CRCC e 1.929/13-CAM, referentes à cessão de servidores a outros órgãos. Remessa do Relatório de Inspeção à jurisdicionada para manifestação (Decisão nº 2.126/14-CAM). Envio de informações. Reiteração da Decisão nº 1.929/13-CAM à Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, visando a regularização de diversos policiais civis cedidos (Decisão nº 6.052/15-CPM). Encaminhamento de documentos. PARECERES CONVERGENTES, com acréscimos do douto **Parquet**. A Instrução sugere o cumprimento parcial da diligência e novas determinações. O Ministério Público aquiesce à proposta do Corpo Técnico, com acréscimo de se proferir determinação ao TCDF. VOTO de acordo com a Instrução.

### RELATÓRIO

Cuidam os autos de Inspeção realizada na Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF para avaliar o cumprimento das Decisões nºs 596/06-CAS (inciso IV, alínea “a”)<sup>1</sup>, 3.552/05-CRCC (incisos III, IV e V, alínea “b”)<sup>2</sup> e

<sup>1</sup> “IV) autorizar: a) a verificação, em futura fiscalização na PCDF, das providências adotadas após o deslinde do Processo/TJDFT 2001.01.1.105887-3; [...]”

<sup>2</sup> “III) recomendar à PCDF a adoção de providências com o objetivo de minimizar as situações observadas ao longo da auditoria, especialmente quanto à cessão de servidores da carreira de polícia civil a outros órgãos, haja vista a elevada demanda de serviços naquela instituição e, ainda, a perspectiva de número considerável de servidores que estarão aptos a solicitar aposentadoria nos próximos anos, conforme relatado nos parágrafos 123 a 128 do Relatório de Auditoria nº 11/2004, sem prejuízo das iniciativas cabíveis no sentido de recompor as vagas abertas no quadro de pessoal; IV) recomendar à PCDF que estude a viabilidade de: a) desenvolver programas informatizados de



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8



1.929/13-CAM (incisos II e III, alínea “a”)<sup>3</sup>, que tratam da regularidade dos atos de cessão de policiais civis do quadro de servidores da Polícia Civil do DF (fls. 1, 10/11 e 41).

2. Constatadas irregularidades, o Tribunal autorizou a remessa do Relatório de Inspeção nº 1.1103.13 aos Srs. Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal e Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF para conhecimento e manifestação (Decisão nº 2.126/14-CAM, fl. 103).

3. Em atenção aos termos do **decisum**, as Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Governo, bem como a Polícia Civil do DF remeteram os esclarecimentos de fls. 119/140 e Anexos I, II e III destes autos.

4. O Tribunal, na Sessão realizada em 15.12.2015, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 6.052/15 (fl. 180), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 6.052/15 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento dos documentos constantes às fls. 104/140 e nos Anexos II e III; II. considerar superado o inciso IV, alínea “a” da Decisão nº 596/06, em face do entendimento contido na Decisão nº 6.868/06 e do desfecho do Processo/TJDFT nº 2001.01.1.105887-3, cujo objeto restou não provido; III. reiterar à Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal o inciso II da Decisão nº 1.929/13, determinando-lhe que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências cabíveis para regularizar a situação indevida, anotada na Inspeção nº 1.1103.13, observando as diretrizes*

acompanhamento sobre a elucidação dos crimes apurados em inquéritos, com o intuito de constituir mais uma ferramenta de apoio às decisões gerenciais daquela instituição, informando àquele órgão, desde já, que os programas desenvolvidos em conjunto pela equipe de auditoria e a Divisão de Informática da PCDF se encontram armazenados naquele setor e nesta Casa, disponíveis para uso e aperfeiçoamento, conforme relatado no item III.3. Elucidação de crimes - parágrafos 66 a 122 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; b) no desenvolvimento a que se refere o item anterior, incluir programas que afirmam o grau de diferença em elucidação de crimes, pela PCDF, por regiões administrativas no DF, a fim de dispensar-lhes tratamento equânime, a exemplo da metodologia utilizada pela equipe de auditoria, conforme relatado nos parágrafos 116 a 122 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; c) fazer registrar, para cada ocorrência criminal ou inquérito policial, informação direta sobre a localidade no DF onde se deu o ilícito penal, conforme relatado nos parágrafos 109 a 111 do Relatório de Auditoria nº 11/2004; V) autorizar: [...] b) a verificação, em futura auditoria, da efetividade das medidas a que se referem os itens III e IV anteriores;”

<sup>3</sup> “II. determinar à Secretaria de Segurança Pública do DF que providencie a regularização dos servidores matriculados sob os números 35.981-5, 57.777-4, 31.393-9, 25.906-3, 36.079- 1, 58.154-2, 57.742-1, 57.008-7, 31.620-2, 57.372-8 e 57.772-3, da Polícia Civil do Distrito Federal, aos ditames do artigo 93, I, da Lei Federal nº 8.112/90; III. autorizar: a) a verificação, em futura auditoria, das medidas que vierem a ser adotadas;” (grifei)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

**contidas no Processo nº 988/02, e remetendo à Corte, no mesmo prazo, a documentação comprobatória das medidas efetivamente realizadas;** IV. informar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que esta Corte deixará de exigir, nas cessões de servidores da Polícia Civil, a correlação de atribuições, bastando ater-se ao cumprimento da Lei Distrital nº 3.556/05; V. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para adoção das providências pertinentes. A Conselheira ANILCÉIA MACHADO deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC. Presidiu a sessão o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral em exercício MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.” (grifei)

5. Ato contínuo, a Polícia Civil do DF encaminhou os documentos de fls. 183/206.

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

6. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 17/2016 – DIAUD 1 (fls. 208/216), analisa a matéria nos termos seguintes:

#### **“DAS DILIGÊNCIAS**

##### **Decisão nº 6052/2015**

*III. reiterar à Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal o inciso II da Decisão nº 1.929/13, determinando-lhe que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências cabíveis para regularizar a situação indevida, anotada na Inspeção nº 1.1103.13, observando as diretrizes contidas no Processo nº 988/02, e remetendo à Corte, no mesmo prazo, a documentação comprobatória das medidas efetivamente realizadas;*

##### **Decisão nº 1929/2013**

*II. determinar à Secretaria de Segurança Pública do DF que providencie a regularização dos servidores matriculados sob os números 35.981-5, 57.777-4, 31.393-9, 25.906-3, 36.079-1, 58.154-2, 57.742-1, 57.008-7, 31.620-2, 57.372-8 e 57.772-3, da Polícia Civil do Distrito Federal, aos ditames do artigo 93, I, da Lei Federal nº 8.112/90;*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

### **Manifestação da jurisdicionada**

6. Preliminarmente, a PCDF alegou que até a edição do Decreto nº 36.236/2015, a partir do qual a Subsecretaria do Sistema Penitenciário – SESIPE passou a integrar a estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF – SEJUS/DF, os servidores da Polícia Civil do DF então lotados nessa Subsecretaria não eram considerados como cedidos, haja vista o teor do Decreto nº 14.061/1992 (fl. 184):

*Art. 1º Ficam assegurados aos policiais civis, da Carreira Policial Civil, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com exercício funcional na Secretaria de Segurança Pública e no Gabinete do Governador, bem assim aos policiais civis amparados pelo Art. 92 da Lei nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os benefícios de que tratam a Lei Complementar na 51, de 20 de dezembro de 1985, o Artigo 15 da Lei nº 8.162, de 08 de janeiro de 1991, e demais legislação vigente relativa a pessoal.*

*Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.*

7. Esclareceu que após a SESIPE passar a integrar a SEJUS/DF, “a questão dos servidores integrantes das carreiras policiais em exercício no sistema tornou-se fato controverso” (fl. 184). Em razão disso, consultou a Controladoria-Geral da União – CGU sobre a possibilidade de os referidos servidores continuarem sendo remunerados com recursos do Fundo Constitucional do DF – FCDF (fl. 184).

8. Registrou que, em resposta, a CGU editou o Parecer nº 757/2015/PFF/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU concluindo que o FCDF deve continuar remunerando os policiais em atuação na SESIPE mesmo após a alteração promovida pelo Decreto nº 36.236/2015 (fls. 202/203), o que resultou na edição da Portaria Normativa nº 01/2016 da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (fls. 200/201), que, entre outras matérias, disciplinou a necessidade de reembolsar o FCDF em caso de cessão, requisição ou exercício de policiais, civis e militares, e bombeiros militares. Senão, veja-se:

*Art. 4º no âmbito do Distrito Federal, deverá haver reembolso ao FCDF nos casos de cessões, requisições ou exercício em órgãos ou entidades não integrantes da estrutura organizacional das Polícias Civil e Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.*

*§1º O disposto no caput não se aplica às cessões, requisições ou exercício nas áreas de:*

*I – segurança pública e segurança institucional da governadoria e vice-governadoria;*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*II – defesa civil, no caso de bombeiro-militar;**III – custódia penitenciárias, no caso de delegado de polícia e de agente policial de custódia; e**IV – ordem pública, no caso de policial militar.*

9. A PCDF afirmou, ainda, que estavam sendo adotadas providências com vistas a regularizar a situação funcional de policiais civis que se encontravam em exercício na SESIPE, excetuando-se os servidores ocupantes dos cargos de Delegado de Polícia e de Agente Policial de Custódia, em conformidade com a Portaria retromencionada (fl. 184).

10. Por fim, detalhou a situação funcional dos servidores cujas matrículas foram enumeradas no item II Decisão nº 1929/2013 (fls. 184 e 185):

**Tabela 1 – Informações funcionais dos servidores listados na Decisão nº 1929/2013**

Nº	Servidor	Matrícula	Informações funcionais
1	Clayton Rinaldi de Oliveira	35.981-5	Agente de Polícia. Esteve lotado na SESIPE no período de 05/12/2011 a 10/09/2014, sendo nomeado para exercer o cargo em comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Pátio, do Núcleo de Vigilância, do Centro de Detenção Provisória/SESIPE, conforme DODF nº 227, de 28/11/2011.
2	José Carlos Moraes Nunes Júnior	57.777-4	Agente de Polícia. Esteve lotado na SESIPE no período de 22/09/2011 a 13/07/2014, sendo nomeado para exercer o cargo em comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente, da Gerência de Controle de Administração Penitenciária/SESIPE, conforme DODF nº 185, de 22/09/2011. Foi demitido em 14/07/2014, conforme DODF, nº 141, de 14/07/2014.
3	Benedito Dias dos Santos	31.393-9	Agente de Polícia. Esteve lotado na SESIPE no período de 20/01/2012 a 18/05/2014. Foi aposentado em 19/05/2014, conforme DODF nº 98/2014.
4	Amilton da Silva Pires	25.906-3	Agente de Polícia. Esteve lotado na SESIPE no período de 10/02/2012 a 25/11/2012. Foi aposentado em 26/11/2012, conforme DODF nº 238/2012.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

5	Marcos Antônio Xavier	36.079-1	Agente de Polícia. Esteve lotado na SESIPE no período de 16/03/2011 a 15/07/2015. Foi aposentado em 16/07/2015, conforme DODF nº 136/2015.
6	Renata da Costa Silva	58.154-2	Agente de Polícia. Esteve lotada na SESIPE no período de 21/05/2012 a 03/03/2013.
7	Luziherma Imaculada dos Santos Nascente	57.742-1	Agente de Polícia. Esteve lotada na SESIPE no período de 29/07/2005 a 01/02/2015, sendo nomeada para exercer o cargo em comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Equipe da Diretoria Penitenciária de operações Especiais/SESIPE, conforme DODF nº 116, de 18/06/2009. Foi aposentada em 02/02/2015, conforme DODF nº 24/2015.
8	Ligia Maria Martins da Silva	57.008-7	Agente de Polícia. Encontra-se lotada na SESIPE desde 20/04/2012.
9	Esequias Alves Andrade	31.620-2	Agente de Polícia. Esteve lotado na SESIPE no período de 28/04/2003 a 24/02/2013, sendo nomeado para o cargo em comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, do Núcleo de Conservação e Reparos, da Gerência de Administração penitenciária, do Centro de Internamento e Reeducação/SESIPE, conforme DODF nº 36, de 22/02/2008. Foi aposentado em 25/02/2013, conforme DODF nº 40/2013.
Nº	Servidor	Matrícula	Informações funcionais
10	Kedima Pereira Augusto	57.372-8	Agente de Polícia. Esteve lotada na SESIPE no período de 29/06/2005 a 06/04/2009, sendo novamente lotada no referido órgão em 03/07/2009, onde permanece exercendo suas atividades.
11	Marcos Antônio Gonçalves	57.772-3	Agente de Polícia. Esteve lotado na SESIPE no período de 04/03/1999 a 07/04/2015.

Fonte: e-DOC [63E40DD5](#)**Análise**

11. Preliminarmente, cumpre esclarecer que em 23/02/2016, portanto, após a edição das considerações da PCDF encaminhadas a esta Corte por meio do Ofício nº 324/2016-DGP, o Decreto nº 37.132/2016<sup>1</sup> remanejou a estrutura da SESIPE de

<sup>1</sup> Publicado no DODF Edição Extra nº 3, de 23/02/2016.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8



volta à SSP.<sup>2</sup>

12. *Haja vista o teor da Decisão nº 6052/2015, bastaria que as cessões de policiais civis da carreira da Polícia Civil do DF cumprissem o disposto na Lei nº 3.556/2005, dispensando a exigência de correlação de atribuições prevista no art. 11 da Lei nº 4.878/1965, cuja interpretação foi relativizada por esta Corte, nos termos do voto condutor do decisum supra, de autoria do exmo. Relator, José Roberto de Paiva Martins. Senão, veja-se:*

### **Decisão nº 6052/2015**

*[...] IV. informar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que esta Corte deixará de exigir, nas cessões de servidores da Polícia Civil, a correlação de atribuições, bastando ater-se ao cumprimento da Lei Distrital nº 3.556/05; [...]*

### **Voto do Relator**

*[...]*

*31. A interpretação dada ao art. 11 da Lei Federal nº 4.878/65 deve ser relativizada não só pelo longo tempo decorrido desde sua edição, quase 50 (cinquenta) anos, mas, sobretudo, pelas mudanças que ocorreram desde então. Em 1965, o Distrito Federal ainda não desfrutava de autonomia político-administrativa que hoje detém, na qualidade de ente federativo anômalo ora equiparado a Estados, ora a Municípios pela Constituição Federal de 1988.*

*[...]*

13. *Por seu turno, as exigências para cessão de policiais civis da carreira da Polícia Civil do DF constantes da Lei nº 3.556/2005 são as que se seguem:*

*Art. 1º O afastamento, para servir a outro órgão ou entidade, de servidores da carreira de policiais civis da Polícia Civil do Distrito Federal somente será autorizado para:*

*I – a Presidência da República, para o exercício de qualquer cargo em comissão ou função de confiança;*

*II – os demais órgãos da Administração Pública Federal e para os demais Poderes da União, para o exercício de Cargo de Natureza Especial – CNE - ou cargo em comissão, cuja remuneração seja igual ou superior ao DFG-11 ou DFA-11;*

*III – a Governadoria e Vice-Governadoria do Distrito Federal,*

---

<sup>2</sup> A SESIPE integrou a estrutura da SEJUS/DF entre 1º/01/2016, data da edição do Decreto nº 36.236/2015, até 22/02/2013, véspera da edição do Decreto nº 37.132/2016.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

para o exercício de qualquer cargo em comissão;

IV – os demais cargos da Administração Pública do Distrito Federal e para os demais Poderes do Distrito Federal, para o exercício de Cargo de Natureza Especial – CNE – ou cargo em comissão, cuja remuneração seja igual ou superior ao **DFG-06 ou DFA-06**. (grifou-se)

14. No caso em tela, as cessões de policiais civis à SESIPE se enquadram no inciso IV do art. 1º da Lei nº 3.556/2005, bastando, portanto, que a PCDF e/ou a SSP/DF comprovem que o policial civil cedido ocuparia Cargo de Natureza Especial – CNE ou cargo em comissão cuja remuneração seja igual ou superior ao DFG-06 ou DFA-06.

15. Nessa esteira, passa-se à análise da situação funcional dos Agentes de Polícia cujas matrículas foram elencadas na Decisão nº 1929/2013, a fim de verificar se a SSP/DF adotou as providências cabíveis para a sua regularização: **Tabela 2 – Regularidade da situação funcional dos servidores listados na Decisão nº 1929/2013**

Nº	Nome	Matrícula	Informações funcionais	Situação funcional (à luz da Lei nº 3.556/2005)
1	Clayton Rinaldi de Oliveira	35.981-5	Exercendo o cargo em comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Pátio, do Núcleo de Vigilância, do Centro de Detenção Provisória/SESIPE, desde 28/11/2011.	<b>Regularizada</b>
2	José Carlos Moraes Nunes Júnior	57.777-4	Demitido em 14/07/2014.	<b>Regularizada</b>
3	Benedito Dias dos Santos	31.393-9	Aposentado em 19/05/2014.	<b>Regularizada</b>
4	Amilton da Silva Pires	25.906-3	Aposentado em 26/11/2012.	<b>Regularizada</b>
5	Marcos Antônio Xavier	36.079-1	Aposentado em 16/07/2015.	<b>Regularizada</b>
6	Renata da Costa Silva	58.154-2	Exonerada em 03/03/2013.	<b>Regularizada</b>
7	Luziherma Imaculada dos	57.742-1	Aposentada em 02/02/2015.	<b>Regularizada</b>





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

Nº	Nome	Matrícula	Informações funcionais	Situação funcional (à luz da Lei nº 3.556/2005)
	Santos Nascente			
8	Ligia Maria Martins da Silva	57.008-7	Lotada na SESIPE desde 20/04/2012.	Pendente
9	Esequias Alves Andrade	31.620-2	Aposentado em 25/02/2013.	Regularizada
10	Kedima Pereira Augusto	57.372-8	Lotada na SESIPE desde 03/07/2009.	Pendente
11	Marcos Antônio Gonçalves	57.772-3	Exonerado desde 07/04/2015.	Regularizada

Obs.: Todas as informações funcionais foram confirmadas por meio de acesso ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH (acesso em 07/03/2016) e por meio de consultas ao Diário Oficial do DF.

16. Assim, restam em situação funcional irregular as servidoras de matrículas nºs 57.008-7 e 57.372-8, haja vista serem policiais civis do Quadro da Polícia Civil do DF e estarem em exercício na SESIPE sem ocupar CNE ou cargo em comissão cuja remuneração seja igual ou superior ao DFG-06 ou DFA-06, conforme prescrito na Lei nº 3.556/2005.

17. Portanto, a determinação constante do item II da Decisão nº 1929/2013, reiterada pelo item III da Decisão nº 6052/2015, foi parcialmente atendida.

18. Nesse sentido, sugere-se ao Tribunal reiterar à SSP/DF e à PCDF o contido no item II da Decisão nº 1929/2013, a fim de que essa Secretaria adote providências com vistas a regularizar a situação funcional das servidoras matriculadas sob os números 57.008-7 e 57.372-8, alertando os seus titulares a para a possibilidade de aplicação de multa em caso de novo descumprimento das determinações desta Corte, nos termos do art. 57 (incisos IV e VII) da Lei Complementar nº 01/1994.

19. Sugere-se, ainda, ao Tribunal determinar à SSP/DF e à PCDF que, doravante, se abstenham de promover a cessão policiais civis dos quadros dessa sem preencher os requisitos constantes da Lei Distrital nº 3.556/2005.”

7.

Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*“I. tomar conhecimento da presente Instrução e dos documentos acostados às fls. 183/206;*

*II. considerar parcialmente atendida a determinação constante do item II da Decisão nº 1929/2013, reiterada pelo item III da Decisão nº 6052/2015, relevando a falha apontada na instrução (§ 4º);*

*III. reiterar à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF e à Polícia Civil do DF o contido no item II da Decisão nº 1929/2013, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote providências com vistas a regularizar a situação funcional das servidoras matriculadas sob os números 57.008-7 e 57.372-8, dando ciência a esta Corte dos resultados obtidos, no mesmo período;*

*IV. alertar os dirigentes da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF e da Polícia Civil do DF sobre a possibilidade de aplicação de multa em caso de descumprimento das determinações desta Corte, nos termos do art. 57 da Lei Complementar nº 01/1994 (incisos IV e VII);*

*V. determinar à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF e à Polícia Civil do DF que, doravante, se abstenham de promover cessões de policiais civis do quadro dessa sem preencher os requisitos constantes da Lei Distrital nº 3.556/2005;*

*VI. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.”*

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

8. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 384/16 (fls. 218/224), da lavra da Procuradora MÁRCIA FARIAS, aquiesce à proposta da Unidade Instrutiva, com acréscimo. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“8. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer.*

*9. Nessa fase processual o corpo técnico analisou os argumentos trazidos aos autos pela Polícia Civil do Distrito Federal (que os apresentou no lugar da Secretaria de Segurança Pública, mas sem prejuízo ao processo).*

*10. Em relação à regularidade da situação funcional dos servidores apontados na tabela constante às fls. 213/214, o corpo técnico identificou pendência na situação de apenas dois servidores, sugerindo reiterar o contido no item II da Decisão nº 1929/2013.*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

11. *Verifica-se que o nobre Relator não se manifestou sobre o item “c” da sugestão “V” deste Parquet, constante do Parecer nº 0138/2015-MF, qual seja:*

*“V. determine ao Diretor-Geral do TCDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias:*

*a) verifique a correlação entre as atribuições dos cargos efetivo e comissionado dos servidores oriundos dos quadros da PCDF para este Tribunal;*

*b) adote providências para o imediato retorno à PCDF dos servidores em que for constatado o desatendimento da referida norma;*

***c) verifique se a servidora mencionada no parágrafo 17 deste Parecer está, de fato, cedida de forma irregular ao Tribunal de Contas do DF desde o ano de 2010;***  
*(grifamos)*

12. *Em que pese o entendimento do Relator, insculpida no item IV da Decisão nº 6052/2015, de que “esta Corte deixará de exigir, nas cessões de servidores da Polícia Civil, a correlação de atribuições, bastando ater-se ao cumprimento da Lei Distrital nº 3.556/05”, nada foi mencionado sobre a possível situação irregular da servidora mencionada. Cabe, assim, sugestão de determinação ao Diretor-Geral do TCDF para verificar a situação legal da cessão da referida servidora.*

13. *O Ministério Público, na essência, concorda com as medidas propugnadas pelo corpo técnico nesta fase processual, às fls. 215/216, com o acréscimo da sugestão proposta no parágrafo 12, na forma a seguir:*

*I. tomar conhecimento Informação nº 17/2016 - DIAUD 1 e dos documentos acostados às fls. 183/206;*

*II. considerar parcialmente atendida a determinação constante do item II da Decisão nº 1929/2013, reiterada pelo item III da Decisão nº 6052/2015, relevando a falha apontada na instrução (§ 4º);*

*III. reiterar à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF e à Polícia Civil do DF o contido no item II da Decisão nº 1929/2013, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote providências com vistas a regularizar a situação funcional das servidoras matriculadas sob os números 57.008-7 e 57.372-8, dando ciência a esta Corte dos resultados obtidos, no mesmo período;*

*IV. alertar os dirigentes da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF e da Polícia Civil do*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

*DF sobre a possibilidade de aplicação de multa em caso de descumprimento das determinações desta Corte, nos termos do art. 57 da Lei Complementar nº 01/1994 (incisos IV e VII);*

*V. determinar à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF e à Polícia Civil do DF que, doravante, se abstenham de promover cessões de policiais civis do quadro dessa sem preencher os requisitos constantes da Lei Distrital nº 3.556/2005;*

*VI. determinar ao Diretor-Geral do TCDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias verifique se a servidora mencionada no parágrafo 17 do Parecer nº 0138/2015-MF (fl. 159) está, de fato, cedida de forma irregular ao Tribunal de Contas do DF desde o ano de 2010;*

*VII. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.”*

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8



### VOTO

9. Nesta fase analisa-se o atendimento da Decisão nº 6.052/15-CPM (fl. 180), que reiterou o inciso II da Decisão nº 1.929/13-CAM, **in verbis**:

#### **DECISÃO Nº 1.929/13 (CAM)**

*“II. determinar à Secretaria de Segurança Pública do DF que providencie a regularização dos servidores matriculados sob os números 35.981-5, 57.777-4, 31.393-9, 25.906-3, 36.079- 1, 58.154-2, 57.742-1, 57.008-7, 31.620-2, 57.372-8 e 57.772-3, da Polícia Civil do Distrito Federal, aos ditames do artigo 93, I, da Lei Federal nº 8.112/90;”*

10. Em atenção ao decidido, a Polícia Civil do DF encaminhou os documentos de fls. 183/206.

11. O Corpo Técnico sugere que se tenha por parcialmente atendida a diligência, a reiteração da determinação não cumprida e nova determinação à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social e à Polícia Civil do DF para que se abstenham de promover cessões de policiais civis sem observância da Lei Distrital nº 3.556/05<sup>4</sup>.

12. O **Parquet** especializado aquiesce às ponderações da Instrução, com acréscimo de *“determinar ao Diretor-Geral do TCDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias verifique se a servidora mencionada no parágrafo 17 do Parecer nº 0138/2015-MF (fl. 159) está, de fato, cedida de forma irregular ao Tribunal de Contas do DF desde o ano de 2010;”*

13. As informações prestadas pela jurisdicionada sobre a situação funcional daqueles servidores listados na Decisão nº 1.929/13-CAM foram confirmadas pela Unidade Instrutiva, por meio de consulta ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e ao Diário Oficial do DF (fls. 213/214).

14. Verifica-se que duas servidoras<sup>5</sup> ainda apresentam situação irregular, haja vista estarem em exercício na Subsecretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF – SESIPE/DF sem ocupar Cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão, cuja remuneração seja igual ou superior ao

<sup>4</sup> Regulamenta a cessão de servidor da Polícia Civil do Distrito Federal para servir a outro órgão ou entidade e dá outras providências.

<sup>5</sup> Matrículas 57.008-7 e 57.372-8.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

DFG-06 ou DFA-06, conforme estabelecido no art. 1º da Lei nº 3.556/05.

15. Desta forma, pertinentes as determinações sugeridas pelos Pareceres com relação a estas servidoras.

16. No que tange ao adendo do Órgão Ministerial, com a devida vênia, trata-se de questão alheia ao objeto específico destes autos que visa examinar o cumprimento de deliberações da Corte (Decisões nºs 596/06-CAS, 3.552/05-CRCC e 1.929/13-CAM). Todavia, não vejo óbice de sobre ele comentar.

17. O Tribunal já firmou entendimento de que a análise das cessões de servidores da Polícia Civil deverá ater-se ao cumprimento da Lei Distrital nº 3.556/05 (Decisão nº 6.052/15-CPM), que diz:

*“Art. 1º O afastamento, para servir a outro órgão ou entidade, de servidores da carreira de policiais civis da Polícia Civil do Distrito Federal somente será autorizado para:*

*[...]*

*IV – os demais cargos da Administração Pública do Distrito Federal e para os demais Poderes do Distrito Federal, para o exercício de Cargo de Natureza Especial – CNE – ou cargo em comissão, cuja remuneração seja igual ou superior ao DFG-06 ou DFA-06.”*

18. No site do TCDF (transparência administrativa), pode-se constatar que a servidora mencionada no parágrafo 17 do Parecer nº 0138/2015-MF exerce atualmente o cargo de Assessora, símbolo TC-CC-5<sup>6</sup>

a) Valores para cargos ocupados por servidores COM VÍNCULO EFETIVO  
Previsão legal: Lei nº 5.417/15

SÍMBOLO	VENCIMENTO (opção de 55%)	REP. MENSAL	REMUNERAÇÃO
CC-6	R\$ 2.120,25	R\$ 10.370,09	R\$ 12.490,34
CC-5	R\$ 1.662,27	R\$ 8.500,02	R\$ 10.162,29
CC-4	R\$ 1.499,47	R\$ 7.643,81	R\$ 9.143,28
CC-3	R\$ 1.133,25	R\$ 6.339,30	R\$ 7.472,55
CC-2	R\$ 1.022,42	R\$ 5.700,84	R\$ 6.723,26
CC-1	R\$ 812,67	R\$ 4.645,85	R\$ 5.458,52

<sup>6</sup> Tabela TCDF





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 33.651/13

Rubrica

que possui valor superior ao DF-06<sup>7</sup>. Logo, não se vislumbra qualquer irregularidade na cessão feita a este Tribunal.

Com estes esclarecimentos, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos documentos às fls. 183/206;

II. tenha por parcialmente atendida a determinação constante do inciso II da Decisão nº 1.929/13, reiterada pelo inciso III da Decisão nº 6.052/15;

III. reitere à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF e à Polícia Civil do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote providências com vistas a regularizar a situação funcional das servidoras matriculadas sob os números 57.008-7 e 57.372-8, conforme já determinado por meio do inciso II da Decisão nº 1.929/13, dando ciência a esta Corte, no mesmo, período dos resultados obtidos;

IV. alerte os dirigentes da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF e da Polícia Civil do DF que reiterado descumprimento de deliberação da Corte poderá ensejar em aplicação da penalidade prevista no art. 57 da Lei Complementar nº 01/1994 (incisos IV e VII);

V. determine à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF e à Polícia Civil do DF que, doravante, abstenham-se de promover cessões de policiais civis de seus quadros, sem preencham os requisitos constantes da Lei

## ANEXO II

(Art. 1º da Lei nº 4.584, de 08 de julho 2011)

Tabela de Cargos em Comissão

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	VENCIMENTO	REMUNERAÇÃO
DF-17	R\$ 3.128,07	R\$ 782,02	R\$ 3.910,09
DF-16	R\$ 2.843,70	R\$ 710,93	R\$ 3.554,63
DF-15	R\$ 2.585,18	R\$ 646,30	R\$ 3.231,48
DF-14	R\$ 2.350,17	R\$ 587,54	R\$ 2.937,71
DF-13	R\$ 2.043,30	R\$ 510,83	R\$ 2.554,13
DF-12	R\$ 1.793,40	R\$ 448,35	R\$ 2.241,74
DF-11	R\$ 1.543,66	R\$ 385,92	R\$ 1.929,58
DF-10	R\$ 1.293,76	R\$ 323,44	R\$ 1.617,21
DF-09	R\$ 1.158,20	R\$ 289,55	R\$ 1.447,75
DF-08	R\$ 1.022,41	R\$ 255,60	R\$ 1.278,01
DF-07	R\$ 886,76	R\$ 221,69	R\$ 1.108,44
DF-06	R\$ 751,19	R\$ 187,80	R\$ 938,99
DF-05	R\$ 672,50	R\$ 168,12	R\$ 840,62
DF-04	R\$ 593,90	R\$ 148,47	R\$ 742,37
DF-03	R\$ 515,39	R\$ 128,85	R\$ 644,23
DF-02	R\$ 464,00	R\$ 116,00	R\$ 580,00
DF-01	R\$ 436,00	R\$ 109,00	R\$ 545,00

<sup>7</sup> Tabela GDF



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A8



Distrital nº 3.556/05;

VI. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, 7 de junho de 2016.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).